

## SESSÃO 1 – 28 DE MARÇO

Tema: *Presença da Língua Portuguesa  
no Mundo Contemporâneo*

Coordenador: Jean-Michel Massa (Univ. de Rennes, FR)

### A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Aníbal Pinto de Castro  
Universidade de Coimbra, PT

As minhas primeiras palavras são naturalmente de agradecimento muito comovido aos queridos Colegas e Amigos responsáveis pela organização deste Colóquio, pelo generoso convite que me dirigiram para estar hoje com tantos e tão qualificados representantes dos Países de Língua Portuguesa, neste encontro de fraternidade lusíada em Terras de Santa Cruz e nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Venho da outra margem deste *Mare Atlanticum nostrum*, onde Cabo Verde, a Guiné, Angola e S. Tomé e Príncipe marcam espaços importantíssimos desta comunidade imensa de línguas e culturas congregadas no *sermo* comum que herdamos da madre latina, mas sem esquecer que, na contra-costa oriental, Moçambique estabelece com estes países o abraço lusófilo ao Grande Continente Africano, e que, mais longe, para as bandas de onde nasce o sol, Timor, depois de ter pugnado heroicamente pela independência política, aposta agora, com a mesma tenacidade, na adesão a esse espaço, guardando ainda uma ternura especial para aquelas comunidades que, na Costa do Indostão, em Macau, no *papiá cristão* de Malaca e até para aqueles pequenos núcleos sefarditas que guardam como relíquias venerandas um domínio deste idioma, mesmo se, por vezes, reduzido a uma reminiscência de culto.

Mais do que como filólogo, venho, pois, para comungar convosco nesta mesa lusíada, fazendo desse modo jus à minha condição de Sócio Honorário desta Casa, cuja essência coincide, numa singular simbiose, com o tema e com os objectivos deste nosso Colóquio, pois oferece um nobilíssimo exemplo de trabalho desenvolvido, de parceria com o Real Gabinete Português de Leitura,

e outras instituições similares semeadas pela amplidão deste Brasil abençoado, no Recife, na Bahia, em São Paulo e em tantos outros lugares, mercê do esforço abnegado dos nossos emigrantes, que sabiam aliar o seu labor material a essa causa da defesa e ilustração da sua língua maternal.

Gostaria ainda de, ao mesmo tempo, prestar a minha homenagem de Português, e de falante do Português à Escola Filológica brasileira, onde refulgem nomes como os de Augusto Magne, Antenor Nascentes, Said Ali, Sousa da Silveira, Serafim de Silva Neto, Celso Cunha, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo e Mattoso Câmara, cujo centenário estamos também a comemorar, entre muitos outros felizmente ainda vivos.

É, pois, por esse imperativo da inteligência, da emoção e da gratidão que não podia de modo algum faltar ao vosso chamado!

Não vou, naturalmente, fazer aqui a história do progressivo alargamento do espaço ocupado pela língua portuguesa como idioma de comunicação, ou sequer definir a sua situação específica, em relação a cada País e no seu conjunto, nem aduzir números ou estatísticas acerca dos falantes que, em cada um dos nossos países e no conjunto que eles formam, hoje recorrem ao português como meio de comunicação oral e escrita. Esses são, na verdade, conhecimentos ou dados de que todos dispõem. Pareceu-me mais útil e oportuno enunciar algumas questões que o seu uso, difusão e defesa levantam, apontando para elas algumas soluções possíveis ou que se me afiguram mais adequadas à garantia do seu futuro como expressão dos diversos valores culturais próprios de cada um dos Países dessa nossa comunidade e de quanto, nessa diversidade, lhes é comum.

A história da Língua Portuguesa, se conta com estudos e sínteses de grande qualidade científica para a época medieval, apresenta-se com uma preocupante pobreza para as épocas posteriores, justamente aquelas que assumem maior interesse para a difusão no mundo, a partir do século XV, como o movimento dos Descobrimentos. Prova clara desse facto é a própria *História da Língua Portuguesa* elaborada nos anos 50 do século passado pelo saudoso, e nunca demais lembrado, Prof. Serafim da Silva Neto.

Muito importará por isso desenvolver esses estudos, no sentido de demonstrar como foi pelo comércio, pela presença política e, sobretudo, pela acção dos missionários, que essa difusão se operou, daí decorrendo todas as outras formas de relação social, incluindo as amorosas, para as quais a comunicação oral se tornava indispensável, criando assim uma situação de bilingüismo, da maior importância para o conhecimento específico das variantes que o sistema ainda hoje apresenta, relativamente à forma européia. E isto a vários níveis, desde o ensino humanístico ministrado na rede dos colégios Jesuítas, de Macau

a Goa e daqui à Bahia, a São Paulo, ao Rio e a Olinda, às escolas das missões do Japão, de Malaca, de Angola, de Moçambique e do Brasil, onde, para alfabetizarem os catecúmenos, os missionários começavam por aprender as línguas nativas, recorrendo depois às *cartinhas* que o próprio Poder político lhes remetia do Reino.

Parece-me fora de dúvida que o melhor caminho para preservar a unidade dessa língua de tantas (e todas elas legítimas!) variantes ou modulações nacionais será, não procurar eliminá-las, tendo em vista uma impossível e ilegítima pseudo-unidade, que a ciência lingüística e as actuais condições políticas de modo algum permitem, mas conhecê-las e valorizá-las, para que se interpenetrem e mutuamente se revigorem no enriquecimento do sistema geral que as integra.

É neste sentido que a história da expansão da língua portuguesa adquire a sua verdadeira dimensão e a sua plena relevância para bem conhecermos e melhor gerirmos ou prepararmos, hoje, os seus destinos no futuro.

A este conjunto de problemas a que eu chamaria *internos*, no espaço da chamada lusofonia, outros, porém, se juntam, suscitados pelo imenso fenómeno da globalização que hoje envolve todo o mundo e todas as formas de cultura que nele a História veio criando e desenvolvendo ao longo dos séculos, graças aos poderosíssimos meios de comunicação social comandados pela cibernética, que tudo uniformizam, tudo simplificam, tudo desfeiam e a tudo roubam a qualidade e o cunho do individual que o devir histórico ofereceu como o mais sólido fundamento às marcas distintivas das comunidades, fossem nacionais, fossem de outra índole.

Mal se podem imaginar ainda as gravíssimas perturbações que aos sistemas lingüísticos causa o recurso à comunicação por mensagens curtas, orais ou escritas, não apenas através da televisão, mas através dos telemóveis ou celulares, num permanente atentado às normas mais elementares, sejam elas gráficas, fonéticas, morfo-sintácticas ou semânticas. Assim o *que*, independentemente do seu valor morfológico ou sintáctico, é reduzido, nessas formas de escrita, ao simples grafema do *k*; a forma verbal *quero* é escrita *ker*; a saudação carinhosa de alguém que envia a outro *beijinhos* vê-se reduzida a *jinhos*; e assim por diante...

E tudo isto com a agravante de ser usado pelas camadas mais jovens de falantes, que não só não tiveram meios nem tempo de fazerem uma aprendizagem completa da língua, como perdem assim o gosto de virem a adquiri-la, através da leitura e da escrita, na simples expressão dos seus sentimentos mais pessoais e íntimos!...

Cumpre, por outro lado, não esquecer que, por múltiplas razões que será desnecessário analisar neste momento, essa globalização abre as portas a ambições de hegemonia a certos países, numa imparável ambição de projecção das suas línguas, cujo impulso parece difícil de controlar. Refiro-me, antes de mais ao inglês, cuja expansão se vê em cada dia mais favorecida pelo recurso às suas linguagens técnicas e científicas, pela mobilidade dos indivíduos graças ao turismo e, sobretudo, à cibernética.

E até a circulação comercial não deixa de contribuir para este fenómeno, pois as próprias embalagens dos produtos de um país vendido noutra, ou a publicidade a que se recorre para essa comercialização, mormente nos que estão integrados na União Europeia, aparecem escritas na língua dominante, em total detrimento da língua dominada.

Um dos sinais mais significativos desta crescente hegemonia do inglês sobre as demais línguas europeias é a profunda alteração que nas duas últimas décadas se verificou na presença das línguas estrangeiras em Portugal. Todos sabemos que, no século XIX, a primazia cabia ao francês. Basta recordarmos o texto de Eça de Queiroz intitulado *O Francesismo*, e a história que, a respeito de si próprio nele inseriu:

“Quando cheguei da diligência a Coimbra, para fazer o exame de Lógica, Retórica e Francês, o presidente da mesa, professor do Liceu, velho amável e miudinho, de batina muito asseada, perguntou logo às pessoas carinhosas que se interessavam por mim:

– Sabe ele o seu francês?

E quando lhe foi garantido que eu recitava Racine tão bem como o velho Talma, o excelente velho atirou as mãos ao ar, num imenso alívio.

– Então está tudo ótimo! Temos homem!

E foi tudo ótimo: recitei o meu Racine como se fosse Luís XIV fosse lento, apanhei-o meu nemine...”<sup>1</sup>

Hoje a situação inverteu-se e ainda há dias, na discussão do programa do novo Governo na Assembléia da República Portuguesa, o Primeiro Ministro anunciava o carácter obrigatório do inglês logo a partir do primeiro ano do Ensino Básico.

Notarei de passagem que este afunilamento da aprendizagem das línguas secundárias no sistema de ensino português não deixa de trazer aos nossos alunos um flagrante empobrecimento cultural, literário e lingüístico, porque lhes

<sup>1</sup> *Obras*, Porto, Lello & Irmão, vol. II, pág. 815.

fecha as portas a campos do conhecimento humanístico verdadeiramente imprescindíveis para a completa formação dos jovens, mesmo quando eles se sintam atraídos por carreiras profissionais de índole técnica. Regi, durante mais de vinte anos, a cadeira de Estudos Camonianos na Universidade de Coimbra e sempre procurei habilitar os meus alunos com uma bibliografia criticamente selecionada, que incluía obras nas principais línguas europeias. E foi com crescente preocupação que ouvia os alunos, com uma frequência cada vez maior, dizer-me, a respeito de obras em italiano, espanhol ou francês, que as não podiam ler porque não conheciam essas línguas...

Como acontece relativamente a outras línguas, assistimos deste modo a uma progressiva substituição do português pelo inglês ou à criação de um jargão híbrido, espécie de *portinglês*, que nos arrepia a sensibilidade e nos deixa culturalmente mais pobres aos olhos desses novos colonizadores, postergando o conhecimento e (porque não dizê-lo?) o culto da nossa própria língua, enquanto nos vamos assim privando da capacidade e da autoridade para continuarmos a mantê-la como um organismo vivo de comunicação, de relação intercultural e de criação estética.

Além disso, a língua constitui, sem sombra de dúvida, uma força poderosíssima de coesão nacional, sobretudo quando, como aconteceu no Brasil e se verifica hoje nos Países africanos, ela lhes ofereceu, durante séculos de colonização, ou oferece no presente, o factor de coesão que tornou possível a evolução das sociedades nacionais, à medida que a idéia de colectividade nacional se veio sobrepondo à diversidade de índole tribal, sustentada pelas línguas autóctones. E assim se compreende que, mesmo quando lutavam contra a potência colonizadora, os povos desses novos países apostassem na aprendizagem da língua do colonizador. O mesmo fenómeno, aliás, se passou nos outros territórios africanos de colonização francesa ou inglesa.

A necessidade de afirmação da língua como expressão de uma comunidade cultural e, dentro dela, de uma unidade nacional para a sua mais convincente projecção no interior e no exterior das fronteiras de cada um dos países que a compõem, parece-me tão evidente, que seria tautológico acentuá-la. Basta para isso pensarmos que todas as outras formas de expressão, sejam elas plásticas, sonoras ou rítmicas se revestem de características universais, independentes de configurações fônicas, formais ou semânticas específicas, enquanto o criador literário, ao utilizar um determinado idioma, que é quase sempre o seu, não pode atingir de imediato a universalidade da compreensão de que beneficiam os criadores de outras artes. Nem a tradução que, se for boa, há-de, ao fim e ao cabo, ser em maior ou menor grau, uma recriação, o que pode salvar dessa limitação. E até a divulgação do pensamento, das artes, da história, numa palavra, da memória dos povos, para aqueles que não falam a sua língua ou a falam

com diferentes graus de competência, ficará sempre dependente do conhecimento dessa língua e, em parte não menor, da capacidade que ela oferecer para exprimir, com correção e propriedade, todos esses ou outros conteúdos.

Não cometia, pois, qualquer exagero Américo Cortez Pinto, há mais de meio século, considerava a língua como “a mais importante constituição política de uma nação”.

Isso não significa – note-se bem – que as línguas nacionais, mesmo quando, como no nosso caso, sejam partilhadas por outros países para além daquele em que se formaram, se acastelem num individualismo chauvinistas e fechado à crescente importância da comunicação entre os povos e as culturas com que tem, quer queira, quer não, de conviver, nesta imensa aldeia que é hoje o mundo. Vale a pena lembrar, a este propósito, as considerações do meu Velho Colega e Amigo, Vitor Manuel de Aguiar e Silva, no prefácio ao livro de Fernando Paulo do Carmo Baptista, *Tributo à Madre Língua*, publicado em 2003:

“Neste limiar do século XXI, a língua, com a sua memória dinâmica, a corporeidade da sua música e do seu ritmo, o horizonte plural dos seus sentidos, as formas de vida e de cultura que exprime e comunica, é a âncora primordial da identidade das sociedades e das culturas face à homogeneidade totalitária da globalização e às derivas e desgarras gerados nas sociedades pós-tradicionais, mas esta âncora identitária, na modernidade reflexiva, pós-nacional e pós-colonial em que vivemos, tem de ser o ponto de partida e o capital simbólico inicial para a construção de um mundo polifônico [...] de fronteiras porosas, com múltiplas pontes entre as diversas sociedades e culturas, isto é, um mundo que preserve uma diversidade não-conflitual, sob o signo de uma solidariedade aberta e do reconhecimento e cumprimento de direitos universais”.

Urge, pois, que aos nossos próprios olhos e aos dos falantes de outras línguas que com a nossa competem, o português surja capaz de oferecer meios de expressão falada e escrita que lhe confirmem dignidade, uma capacidade expressiva moderna e adequada à comunicação que as relações entre os homens e os povos hoje exigem, na prática diária, na atividade comercial, nas aquisições técnicas e tecnológicas, na investigação científica, nas relações políticas e na criação poética, que o futuro tornará tanto mais necessária quanto maior for a estandardização da vida.

E aqui é que assumirá papel de maior relevo a força indiscutível que, no plano cultural, econômico e até estratégico, os Países de Língua Portuguesa, sobretudo se considerados no seu conjunto, terão por força de desempenhar no mundo futuro, dadas as potencialidades que em todos esses campos oferecerão à comunidade internacional. O domínio de uma língua viva, moderna e

adequada às necessidades de comunicação que o futuro há-de exigir cada vez com mais urgência, só pode contribuir para a defesa dos interesses dos povos que a falam para além do território, mesmo assim imenso, que ocupam nos quatro continentes do globo.

Mas para que assim suceda, será fundamental que o seu próprio domínio dessa língua seja sólido, consciente e cientificamente preparado. E para isso a pedra verdadeiramente angular de todo o edifício há-de por força ser o seu ensino – um ensino moderno, eficaz e aberto aos tempos que vivemos.

Um ensino que dê, antes de mais, uma bagagem cultural que assente numa imprescindível base humanística segundo a qual se possam formar homens simultaneamente especializados e cultos que, por sua vez, serão o fermento fecundador de um progressivo alargamento dessa força de renovação e afirmação da identidade de cada um dos povos, na justa dimensão da sua própria história.

Ora, na base dessa formação terá forçosamente de estar o ensino do português, como língua nacional de cada um dos nossos países.

E aqui parece-me que muito importará considerar três situações fundamentais.

A primeira é a de Portugal e do Brasil, espaço onde tal tarefa conta já com uma longa experiência didática e pedagógica no ensino da língua materna que, como sistema próprio, se vem afirmando, nas suas linhas gerais, desde o século XVI.

A segunda configura-se nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor, onde esse sistema se implantou em épocas bastante mais tardias e numa rede bastante mais irregular, quase sempre em situações de bilingüismo, onde o português funcionava, e em muitos casos ainda funciona, como língua secundária, competindo com os idiomas primários de inúmeros grupos falantes, ou até com os crioulos que entretanto se tinham vindo a formar.

Finalmente a terceira ocorre naqueles territórios como o antigo estado da Índia, Macau e outros espaços, onde o português apenas sobrevive em pequenas bolsas de falantes que ainda persistem, após o processo que os levou à integração noutras realidades de muito maior expressão geográfica e de maior projeção política no presente e no futuro.

Caso à parte oferece a necessidade de continuarmos este ensino nas comunidades de falantes do português emigrados em vários países da Europa, da América do Norte e da República da África do Sul, onde se contam larguíssimos milhares de emigrantes, europeus e africanos, que teimam em permanecer fieis à nossa língua comum, freqüentando escolas e outras instituições de natureza cultural ou associativa.

Tal não significa, porém, que esse interesse mantenha a mesma força nas gerações mais novas de emigrantes, para quem a frequência de escolas portuguesas ou de cursos de Português no esquema curricular do ensino oficial dos países onde vivem constitui por vezes estigma de depreciação social, que as autoridades diplomáticas portuguesas pouco ou nada fazem por eliminar, ou sequer diminuir.

Vejam, no entanto, o que se passa em matéria do ensino da língua materna em Portugal e no Brasil; permitam-me, no entanto, que reduza as minhas considerações ao caso de Portugal que, por obrigação e devoção, conheço melhor.

As modificações de índole conceptual e metodológica verificadas ao longo dos últimos cinquenta anos no campo dos estudos lingüísticos e literários, sobretudo quando, como entre nós, foram apressadamente adotadas, sem uma ponderação crítica mínima, num psitacismo acéfalo e numa confrangedora indiferença pela formação dos alunos, trouxeram ao ensino das línguas um empobrecimento e uma ineficácia altamente responsáveis pelo estado atual dessa questão, apesar da sua fundamental importância como base de toda a cultura, da preparação profissional e da própria consciência cívica e política das gerações mais novas.

E foi deste modo que uma preocupação pseudo-científica postergou a relevância da visão histórica da língua em favor de uma análise sincrônica do seu momento atual; esqueceu o latim como matriz da sua formação e evolução; matou a gramática como arte de bem escrever; desprezou a norma em favor da realização que a ignorou ou dela se alheou; deixou-se seduzir pelas especulações teóricas ou teorizantes da Lingüística, em prejuízo do conhecimento concreto da língua como realidade viva; desvalorizou a estilística literária e quebrou a íntima simbiose entre a Língua e a Literatura, para, com um simplismo confrangedor, apostar apenas nos registros comuns da linguagem de comunicação, remetendo o uso dos registros cultos ou específicos da criação estética para uma espécie de museu de velharias que cheiram a mofo e que, por conseguinte, não convêm desenterrar para não assustar os alunos, nem lhes exigir grandes esforços num sistema de ensino que irremediavelmente se deixou atrair por um sentido lúdico da vida que começa logo na mais tenra infância.

Esta realidade, em que a Universidade tem gravíssimas culpas, por ação e por omissão, constitui para mim um ponto fulcral na reflexão que se nos impõe como uma das mais urgentes e seguras medidas do tema que neste Colóquio nos reuniu.

Queixamo-nos muito em Portugal da desvalorização da Literatura nos programas do Ensino Básico e Secundário. Autores como Gil Vicente, Ca-

mões, Garret, Camilo ou Eça de Queiroz, tidos ao longo de séculos como modelos de estilo e como vias privilegiadas de acesso tanto ao conhecimento como à fruição estética da língua, estão hoje riscados dos programas ou vêm-se neles reduzidos a posições tão breves, fragmentárias e acidentais, que os alunos, muitas vezes, acedem às Universidades (mesmo quando se destinam às Faculdades de Letras!...) sem sequer saberem em que época viveram ou escreveram.

Do caráter formativo, em todos os aspectos, da linguagem literária não há que duvidar. É que o escritor, para poder realizar o seu ato de criação, não dispõe de outro material que não seja a língua, em que ele plasma a sua obra, a qual, uma vez lançada ao público, depois de ter passado pelo crisol do seu gênio, se converte, por sua vez, em nova expressão viva dessa capacidade significativa, para se transformar numa outra existência permanente, viva e atualizada desse riquíssimo patrimônio espiritual que a todos pertence.

Disse-o um dia Miguel Torga, consciente da responsabilidade que lhe cabia como escritor e, portanto, como obreiro dessa dinâmica, ao receber um prêmio que consagrava a sua obra:

“Soube sempre, desde a hora temerária do começo, que escrever é um ato ontológico, que compromete perpetuamente quem o pratica. Que nenhum outro implica tanta responsabilidade e tanto risco, pois que ainda hoje a humanidade tem no banco dos réus quantos se abalançaram a pegar na pena em nome dela. E também não há maior honra nem maior dignidade do que pertencer ao rol desses penitentes à espera do veredito de cada geração.”

Como compreender que os agentes do ensino, quem elabora os programas que eles próprios têm de cumprir, quem faz as leis que regem o seu trabalho, desproveitem este manancial puríssimo e riquíssimo para o ensino da língua, trocando-o por textos de jornais pessimamente escritos ou por frases de teor publicitário onde a gramática sofre tratos de polé?

Urge, pois, repensar as bases, os métodos, as matérias específicas e os livros adotados no ensino do Português, mas para isso é essencial pôr de parte este fosso que ineptamente se foi abrindo entre a Lingüística e os Estudos Literários ou entre a Lingüística e a própria Língua, numa fratura que, em certas Universidades portuguesas, a começar pela minha, continua a ter tendência para cavar-se, em vez de se encher. Para isso talvez bastasse não descurar o ensino da gramática normativa e retomar o velho conceito de Filologia, não apenas no sentido etimológico da palavra de “amor pelo *logos*”, mas segundo uma simbiose em que na Língua convergissem todas as preocupações, e para o conhecimento dela se dirigissem, todos os esforços de quantos detenham por missão aprendê-la para melhor a ensinarem e para melhor a

ensinarem a ensiná-la. Haja, por isso, mais filólogos que conheçam e amem a Língua e menos lingüistas que teorizem longe dela e sem a conhecerem!...

Claro está que essa mesma tarefa não é exclusiva da Escola, pois cabe igualmente, embora revestindo diversas formas de intervenção, a outras instituições como as Academias, os Centros de pesquisa, as várias formas de Comunicação Social e a própria família. De uma coisa, porém, podemos estar certos: o sistema de ensino, nos seus vários escalões, terá de ser sempre o pólo dinamizador do trabalho de todos os outros e a realidade a quem cabe a responsabilidade de os preparar para bem cumprirem a sua missão, neste como em outros campos.

Pelo que toca ao Brasil, pediria licença para lembrar a fundamental necessidade de entre nós reforçarmos os elos seculares de ligação lingüística e de estudos literários, não deixando diminuir o espaço concedido nos programas de português aos clássicos portugueses, que brasileiros são também, pois neles está a fonte perene do mais puro vernaculismo. Não para nos acantonarmos num purismo que se reveja numa caça passadista aos infratores da norma, por pecados de barbarismos ou de solecismos, mas para aí retemperarmos as energias e sobretudo a salutar disciplina a observar na adoção de neologismos, mesmo que de estrangeirismos se trate, absolutamente indispensáveis à modernização de Língua que partilhamos e do sistema em que ela se organiza, de modo especial no que toca a novos conceitos e realidades da vida, cujo curso não pára, ou ao vocabulário científico e técnico.

Do lado português, será a todos os títulos necessário reforçar o lugar da Literatura Brasileira nos programas das nossas Faculdades de Letras e aumentar a representação de autores brasileiros nos manuais e seletas usados no Ensino Preparatório e Secundário.

O mesmo se diga quanto aos autores das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, com representação crescente, à medida que se forem apurando os valores estéticos na produção textual, até agora tantas vezes ditada apenas por motivos centrados numa preocupação ideológica enviesada, ou em objetivos de uma propaganda anticolonialista que nem sempre tem primado pela objetividade e até pela justiça.

A situação dos Países Africanos apresenta-se-nos algo diferente, porque a sistematização do sistema de ensino segundo padrões próprios é de data mais recente, e tem sido naturalmente perturbada por dolorosas situações de guerra interna subseqüentes às respectivas independências, e porque as línguas de origem africana são e continuarão ainda a ser o veículo primário de comunicação.

Muito importará por isso desenvolver aí, como noutros campos, e com a máxima urgência, planos concertados de atuação, segundo programas didático-

pedagógicos e de difusão cultural cuidadosamente sistematizados e apoiados, não só na escola, considerada em todos os seus graus, mas também nos grandes meios de comunicação, em especial do rádio e da televisão, e sem esquecer convênios de apoio a celebrar entre as autoridades desses Países irmãos e os sistemas, apesar de tudo, mais coesos e experientes do Brasil e de Portugal. Não com quaisquer intuítos de um neo-colonialismo que, além de ilegítimo, seria contraproducente, mas indo ao encontro dos interesses culturais desses povos e dos seus Governantes que, como já sublinhei, terão sempre o maior interesse em fazer da língua portuguesa o cimento aglutinador da variedade étnica que os caracteriza, em nações coesas e progressivas. Longe de querermos colonizá-los, estaremos, com esse apoio, que, aliás, lhes devemos a muitos títulos, a contribuir para a consolidação e afirmação da sua consciência nacional, através de uma cultura que, sem de modo algum perder a riqueza das suas raízes ancestrais, lhes permitirá assumir, no cenário internacional, um papel dinamizador de longa projeção no seu reconhecimento, numa valorização das suas riquezas, que inequivocamente se repercutirá no seu bem-estar e no seu desenvolvimento; numa palavra, para lhes permitir a ação que deverão exercer na melhor compreensão e no entendimento mais perfeito da Humanidade do futuro em que o grande Continente Africano se há-de afirmar como uma realidade pujante.

Estas serão, por certo, as grandes (ou, pelo menos, algumas das mais fortes) linhas de uma verdadeira e operante política da Língua Portuguesa que, em vez de se deixar embalar pela toada repetitiva dos discursos oficiais ou officiosos com que desde há mais de um século nos vimos entretendo, se mostre possuída de uma forte dinâmica, voltada primordialmente para um ensino renovado e capaz de vencer todas as dificuldades, porque animada do entusiasmo que dá a subjetiva afeição a todas as realidades que só se conhecem a fundo quando se amam...

Se assim pensarmos essa política e a soubermos pôr em prática, venceremos o perigo que corremos perante as instâncias da União Européia, seja qual for o seu futuro, de vermos o Português reduzido a uma língua de minorias, apenas calculada pelos seus dez milhões de falantes espirituais e materiais, deduzidos dos 200 milhões que somos; deixará de ser, como disse Torga, apenas uma “pátria exígua territorialmente”, para se afirmar numa imensa pátria que “essa língua proteica alargou aos cinco continentes, luzitanizando oceanos, terras e almas”, transformando-a, no respeito pela individualidade de cada uma das nacionalidades que a partilham, num património comum valiosíssimo, que já não é apenas seu, porque da sua propriedade exclusiva abdicou, para a partilhar com todos esses Países que hoje a usam como forma de expressão e como instrumento de novas criações do espírito.

E à medida que, saradas as feridas dos encontros e desentcontros da História, nos pudermos sentar fraternalmente, como filhos dessa mesma Língua, à farta Mesa Lusíada, poderemos entoar em unísono, no orgulho de sermos Portugueses, Brasileiros, Angolanos, Moçambicanos, Guineenses, Cabo Verdeanos, Sãotomenses, Timorenses ou de quantos vivam e labutem no mais escondido recanto que o Português palmilhou, pois “Se mais mundo houvera lá chegara”, aquele belo grito de afirmação lusíada, que Manuel Bandeira esculpiu nas palavras de bronze desta página da *Cinza das Horas*:

“Quando n’alma pesar de tua raça  
A névoa da apagada e vil tristeza,  
Busque ele sempre a glória que não passa,  
Em teu poema de heroísmo e de beleza.

Gênio purificado na desgraça,  
Tu resumiste em ti toda a grandeza:  
Poeta e soldado... em ti brilhou sem jaça  
O amor da grande pátria portuguesa.

E enquanto o fero canto ecoar na mente  
Da estirpe que em perigos sublimados  
Plantou a Cruz em cada Continente,

Não morrerá sem poetas nem soldados  
A língua em que cantaste rudemente  
As armas e os barões assinalados.”

Deus permita que, fugindo aos erros do passado e apostados na crença e na esperança do presente, sejamos capazes de construir esse futuro para essa bendita língua que mamamos, como dela disse o Judeu Samuel Usque.